

PRODUÇÃO DO ESPAÇO, TERRITÓRIO E VIOLÊNCIA: uma análise dos homicídios na 4ª e 5ª AISP, Belém-Pará

PRODUCTION OF SPACE, TERRITORY AND VIOLENCE: an analysis of the homicides in the 4th and 5th ASIP, Belém-Pará

PRODUCCIÓN DEL ESPACIO, TERRITORIO Y VIOLENCIA: un análisis de los homicidios en la 4ª y 5ª AISP, Belém-Pará

Denise Carla de Melo Vieira

Mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Bolsista do CNPq.
vieiracarlageo@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0003-4450-051X>

Alexandre Patrício Silva Barros

Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Pará – UFPA.
apsb_geo@hotmail.com / <http://orcid.org/0000-0002-3452-4203>

Clay Anderson Nunes Chagas

Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará – UFPA. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública pela Universidade Federal do Pará – UFPA.
claychagas@yahoo.com.br / <http://orcid.org/0000-0002-4223-0192>

Recebido para avaliação em 15/02/2019; Aceito para publicação em 26/06/2019.

RESUMO

A insegurança e o temor da violência tem sido um mal cada vez mais presente nas cidades contemporâneas, tanto no cenário nacional como internacional, guardadas as particularidades. O que se entende como violência urbana em grande medida associa-se à criminalidade. Isto obscurece no plano mais amplo o significado da violência urbana, deste modo, ainda que se considere a criminalidade como parte do conteúdo da violência urbana, é importante considerar que a violência está posta no próprio processo de urbanização à medida que tal processo reflete as relações de produção e as relações de classe, isto é, produto e condição para a realização das relações socioespaciais. Na escala de Belém, as reflexões da violência e da criminalidade não prescindem da análise da produção do espaço e das relações socioterritoriais. Deste modo, procurando responder algumas questões que envolvem reflexões acerca da violência urbana, o objetivo do presente artigo consiste em analisar a relação entre a produção do espaço urbano com a criminalidade e a violência, buscando responder quais as principais motivações do crime de homicídio nos bairros do Jurunas, Batista Campos e Guamá, os quais fazem parte da 4ª e 5ª AISP (Área de Integração de Segurança Pública). Os bairros do Jurunas e Batista Campos fazem parte da 4ª AISP e o Guamá compõe a 5ª AISP.

Palavras-chave: Produção do Espaço Urbano; Violência; Território; Homicídios.

ABSTRACT

The insecurity and the fear of violence have been an uneasiness each time more present in the contemporary cities, both in the national and international scenario, considered the particularities in each case. The urban violence is frequently associated with the criminality, what obscures the meaning of urban violence in a broader perspective. Thus, even if the criminality is considered part

of the content of urban violence, it is important to consider that the violence is included in the very process of urbanization since this process reflects the relations of production and the class relations, that is, product and condition to the fulfillment of sociospatial relations. In the scale of Belém, the reflections about violence and criminality do not dispense the analysis of the production of space and of the socioterritorial relations. Thus, in order to answer some questions about urban violence, the present article aims to analyze the relation between the production of urban space, the criminality, and the violence, seeking to identify the main motivations of homicides crimes in the neighborhoods of Jurunas, Batista Campos and Guamá, parts of the 4th and 5th AISP (Public Security Integration Area). The neighborhoods of Jurunas and Batista Campos are parts of the 4th AISP and Guamá composes the 5th AISP.

Keywords: Production of Urban Space; Violence; Territory; Homicides.

RESUMEN

Inseguridad y miedo de la violencia han sido un malestar cada vez más presente en las ciudades contemporáneas, tanto en el escenario nacional como internacional, guardadas las particularidades. Lo que comúnmente se entiende como violencia urbana está frecuentemente asociada a la criminalidad, esto oscurece en el plano más amplio el significado de la violencia urbana, de este modo, aunque se considere la criminalidad como parte del contenido de la violencia urbana, es importante considerar que la violencia está puesta en el propio proceso de urbanización a medida que tal proceso refleja las relaciones de producción y las relaciones de clase, es decir, producto y condición para la realización de las relaciones socio espaciales. En la escala de Belém, las reflexiones de la violencia y la criminalidad no prescinden del análisis de la producción del espacio y de las relaciones socioterritoriales. De este modo, buscando responder algunas cuestiones que involucran reflexiones acerca de la violencia urbana, el objetivo del presente artículo consiste en analizar la relación entre la producción del espacio urbano con la criminalidad y la violencia, buscando responder cuáles son las principales motivaciones del crimen de homicidio en los barrios de Jurunas, Batista Campos y Guamá, que forman parte del 4º y 5º AISP (Área de Integración de Seguridad Pública). Los barrios del Jurunas y Batista Campos forman parte de la 4ª AISP y el Guamá compone la 5ª AISP.

Palabras clave: Producción del Espacio Urbano; Violencia; Territorio; Homicidios.

INTRODUÇÃO

As cidades contemporâneas são cada vez mais marcadas pela violência (NEOCLEOUS, 2003; SOUZA, 2008; ZANOTELLI, 2011; BEATO, 2012; SPOSITO e GOES, 2013; PEDRAZZINI, 2012; WALSELFISZ, 2010; CHAGAS, 2014).

Os “temores, medo, insegurança, pânico, ameaças e violência... tem assumido centralidade crescente no imaginário urbano” (SPOSITO; GOES, 2013, p. 2), contudo, entre a violência real e o imaginário da violência há um abismo. Segundo as autoras, essa confusão entre violência real e a sensação de medo tem conduzido ao processo de segregação do espaço urbano.

Referimo-nos a esse processo apenas para mostrar como a violência urbana tem contribuído para a transformação das relações socioespaciais nas cidades. Assim, nas cidades passam a existir bairros estereotipados como bairros violentos e os seus moradores,

no senso comum, como perigosos. Nesse sentido, a relação entre violência real e sensação de medo também define quem são os indesejados socialmente.

Desse modo, ao falarmos de violência urbana, corremos o risco de tratá-la reduzindo a noção de criminalidade, ou mesmo estigmatizando algumas áreas. Segundo Carlos (2015) e Sampaio (2012), a noção de violência urbana deve ser deslocada da relação com a criminalidade e tomado como violento o próprio processo de urbanização.

Nesse sentido, buscamos fazer uma reflexão da violência como parte da reprodução das relações socioespaciais, em que tais relações são marcadas por contradições e desigualdades. A criminalidade como um conteúdo da violência que se recrudescer nas cidades. Enfatizando que a violência urbana é parte de um processo mais amplo, ou seja, parte de uma totalidade; contradição inerente à produção do espaço. Para tanto, a compressão deste processo exige uma análise teórico-metodológica que considera conteúdos econômicos, sociais e políticos (CARLOS, 2015).

Deste modo, o objetivo principal desse artigo consiste em analisar a relação entre a produção do espaço urbano, a dinâmica do território com a criminalidade e a violência, buscando responder quais as principais motivações do crime de homicídio nos bairros do Jurunas, Batista Campos e Guamá.

A Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará - SEGUP dividiu a Região Metropolitana de Belém em 24 Áreas de Integração de Segurança Pública – AISP. Os bairros trabalhados fazem parte da 4ª (Batista Campos e Jurunas) e 5ª (Jurunas) AISP. Sendo que os bairros do Guamá e Jurunas, segundo os dados da SEGUP/PA, estão entre os que apresentam os maiores números de homicídio da Região Metropolitana de Belém. Dessa forma justifica-se a escolha das duas AISP.

Quanto à metodologia, encontra-se principalmente o levantamento bibliográfico, a representação cartográfica da área de estudo, com a utilização dos dados coletados junto a Subsecretaria de Inteligência e Análise Criminal, ligada à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SIAC/SEGUP). Por meio da utilização de dados de homicídio dos bairros supracitados, referentes aos anos de 2013 a 2015 com a finalidade de elaborar uma cartografia, a partir da sobreposição dos mapas de homicídios - *hot spots* - “zonas vermelhas”, com a densidade populacional e de aglomerados subnormais, coletados juntos ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de cada bairro pesquisado, possibilitando a análise dos indicadores sociais das áreas de concentração de homicídios.

O presente artigo está subdividido em cinco momentos, constituído pela referida introdução. O segundo momento tece breves considerações acerca do debate teórico metodológico sobre a produção do espaço urbano. O terceiro momento apresenta

discussões sobre a categoria território. O quarto momento debate a violência e a criminalidade e as principais motivações dos homicídios na 4ª e 5ª AISP. O quinto momento retoma os elementos debatidos, para a construção das reflexões finais.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A importância da categoria espaço para essa pesquisa dá-se pela necessidade de compreender as relações deste com os homens, entendendo tais relações como indissociáveis, ou seja, tanto os homens quanto o espaço como produto e produtor. Não se trata aqui de um espaço genérico abstrato, tampouco do espaço natural-físico, mas de um espaço produzido socialmente.

Tratar da produção do espaço é fazer uma escolha teórico-metodológica que considera as três dimensões sociais e espaciais, a saber, o espaço vivido, concebido e percebido. Deste modo, o espaço não pode ser considerado apenas como resultado das forças hegemônicas, assim o espaço no plano do vivido encontra-se como possibilidade, são virtualidades que se apresentam no plano do real. Essa virtualidade é ao mesmo tempo possível e impossível, são realidades concretas e abstratas (LEFEBVRE, 2006). Para isso, mostraremos que nossa principal preocupação não consiste em tratar da produção em geral do espaço, mas sim de uma produção do espaço específica, o espaço urbano.

A produção em geral é, segundo Marx (2011), uma abstração, apenas sua realização é um dado real. Por sua vez, a produção em geral do espaço urbano também é uma abstração (real abstrato), o real concreto dá-se a partir das relações de produção específicas, onde as determinações históricas as permitem realizar-se enquanto tal. Coadunando com essa concepção, Santos (2008) ressalta.

Assim, o espaço, é, antes de mais nada, especificação do todo social, um aspecto particular da sociedade global. A produção em geral, a sociedade em geral, não são mais que um real abstrato, o real concreto sendo uma ação, relação ou produção específicas, cuja historicidade, isto é, cuja realização concreta somente pode dar-se no espaço (SANTOS, 2008, p. 120).

Deste modo, a produção do espaço urbano é um aspecto particular historicizado nas relações de produção. Para Marx (2011), a produção é socialmente determinada. A determinação é o momento constituinte das coisas, são elas que nos permitem abstrair do geral e, por conseguinte, caracterizar cada período. “Algumas determinações pertencem a todas as épocas; outras são comuns apenas a algumas. [Certas] determinações serão

comuns à época mais moderna e a mais antiga. Nenhuma produção seria concebível sem elas” (MARX, 2011, p. 56-57).

Nesse sentido, Corrêa (1995) estabelece algumas determinações que caracterizam a produção do espaço urbano, a primeira determinação seria considerar o espaço urbano como um substrato material que comporta diferentes usos da terra, esses diferentes usos fazem deste um espaço fragmentado e ao mesmo tempo articulado, que seria a segunda determinação.

A terceira determinação considera o espaço urbano como reflexo da sociedade, em que se expressam as contradições sociais e espaciais. “Mas o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente” (CORRÊA, 1995, p. 8). O espaço urbano além de fragmentado, articulado e reflexo da própria sociedade é ainda desigual. Com base nessa análise é possível também visualizar essas determinações na metrópole belenense. Assim, a cidade de Belém é um espaço, fragmentado, articulado e desigual, o que permite compreender as diferenças espaciais e socioeconômicas intraurbanas.

TERRITÓRIO E PODER

Na busca de tratar as dimensões do território, Lefebvre (1986 apud HAESBAERT, 2014, p. 57) compreende que o território nasce com dupla conotação, material e simbólica. Partindo dessa reflexão, Haesbaert (2014) compreende que a primeira acepção apontada acima, possui caráter de dominação/controlado, ressaltando a unifuncionalidade do território, ressaltando o valor de troca.

A segunda acepção possui forte ligação com os aspectos do vivido, em que o território é entendido pela apropriação, isto é, pelo valor de uso. Contudo o referido autor ressalta que nas duas acepções o território envolve relações de poder. “Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação” (HAESBAERT, 2014, p. 57).

Haesbaert (2014) afirma que há duas leituras amplas, não dualistas que se desdobram em dois grandes paradigmas de abordagem do território, um sendo hegemônico que emana das grandes empresas e do Estado, e o outro, contra-hegemônico, liderado pelos grupos subalternos, em que o primeiro evidencia o caráter de dominação e o segundo a apropriação do território. Haesbaert (2014, p. 54) enfatiza “que o paradigma

hegemônico vê o espaço como mera extensão, o contra-hegemônico vê antes de tudo como espaço vivido”. Nesse sentido, Haesbaert (2014, p. 57-58) ressalta:

Como decorrência desse raciocínio, é interessante observar que, enquanto “espaço-tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, ao contrário do território unifuncional proposto e reproduzido pela lógica capitalista e hegemônica, especialmente através da figura do Estado territorial moderno.

Verifica-se na leitura de Haesbaert (2014) um esforço em mostrar a importância de se entender o território como ele realmente é, aquilo que o autor denomina categoria da prática, nessa perspectiva o território permite a diversidade, aproxima-se do real, onde a vida acontece em suas múltiplas relações sociais, econômicas, culturais, simbólicas, etc. A partir do exposto, notam-se as complexidades concernentes ao território, quando visto como uma categoria da prática.

Diferente da perspectiva citada acima, a qual ressalta o território como uma categoria material e simbólica, Raffestin (1980, p. 143) enfatiza apenas a dimensão material do território. “O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa)”.

Para o referido autor, o espaço é entendido como matéria-prima, o espaço seria então a realidade material preexistente a qualquer ação, ou seja, destituído de intencionalidades e de qualquer relação que implique em domínio. Segundo Raffestin (1993), qualquer representação no espaço já é uma apropriação, que revela a imagem desejada/planejada de um território.

Partindo da perspectiva de que o território tem profundas relações entre os agentes, que implicam em diversas territorialidades, na qual os agentes territoriais passam a disputar o território e, conseqüentemente o poder, o que implica em uma disputa contínua e constante pelo controle dos trunfos. Nessa perspectiva é possível visualizar as estratégias e mediatos dos agentes territoriais, que podem se materializar em diversas formas de violência, entre elas as que resultam na criminalidade. É que se faz importante compreender o território e suas variáveis sociais, pois conforme Raffestin (1993) não existe vazio de poder, assim, onde o Estado se faz de maneira incipiente, outros agentes passam a se territorializar, estabelecendo relações de poder para controlar o território.

Verifica-se que a relação de poder é um dos elementos que caracteriza o território, deste modo, falar de território é também falar de relações de poder. Nesse sentido, faz-se necessário mostrar como o poder está imbricado sob o território, mas o poder não pode

ser confundido com a violência, pois, como mostra Arendt (2004), a violência seria a perda do poder.

Ainda Segundo Arendt (2004), o poder não está centrado no indivíduo, mas sim na coletividade, ou seja, na capacidade de agir em uníssimo, isso rompe a ideia de que a violência e o poder tem o mesmo sentido, pois, segundo a perspectiva de Arendt (2004), estes possuem conotações diferentes, o primeiro tem acepção voltada para o vigor, enquanto o segundo possui acepção ligada a ideia de cumplicidade, uma vez que, aquele que manda e aquele que obedece agem em consentimento. Assim, onde a legitimidade do poder se enfraquece, a violência vem à tona. “O uso da violência enquanto ferramenta é planejado e usado com o propósito de aumentar o vigor natural do indivíduo, com o objetivo final de substituí-lo” (RODRIGUES, 2013, p. 10).

Percebe-se que o poder diz respeito à capacidade de agir em prol da coletividade, e não do indivíduo, o poder se mantém enquanto houver união entre o grupo, ou seja, enquanto persistir a unicidade entre os componentes do grupo. Dessa forma, quando um membro do grupo deixa de consentir às ações decididas pela coletividade, a violência passa ao estágio de eminência, tendo em vista que a violência é a atitude de um contra o todo, ou seja, contra o grupo. A esse respeito, a autora comenta:

O poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; [...] Em seu uso corrente, quando falamos de um 'homem poderoso' ou de uma 'personalidade poderosa', já usamos a palavra 'poder' metaforicamente; aquilo que nos referimos é o vigor. [...] O vigor [...] é a propriedade inerente a um objeto ou pessoa e pertence ao seu caráter, podendo provar-se a si mesmo na relação com outras coisas ou pessoas, mas sendo essencialmente diferente delas. Mesmo o vigor do indivíduo mais forte sempre pode ser sobrepujado pelos muitos, que não raro entrarão em acordo para nenhum outro propósito senão o de arruinar o vigor, precisamente por causa de sua independência peculiar (ARENDRT, 2009, p. 61-62).

Assim, ao analisarmos os dados dos homicídios, tornou-se possível compreender que essa dinâmica do poder implica diretamente na materialização da violência e consequentemente da criminalidade, o que reflete nos números de homicídios, esse crime sendo uma das formas mais brutais de atingir o poder, tanto pela forma material, quanto simbólica, a partir da imposição do medo.

VIOLÊNCIA URBANA: análise dos homicídios nas 4ª e 5ª AISP'S

A violência e a criminalidade nas cidades são fatos consumados e refletem o processo de produção do espaço urbano e a dinâmica do território, apesar dos dois

fenômenos não serem específicos das áreas periféricas dos centros urbanos, são neles que se manifestam algumas das formas mais violentas, que são os crimes violentos contra a vida. Essa manifestação da violência e da criminalidade não está diretamente relacionada à condição de pobreza da população que reside nessas áreas, mas é um reflexo da incipiente participação do Estado como agente territorial e conseqüentemente permite a ação de múltiplos agentes, que passam a disputar o território, entre eles, destacam-se os envolvidos com a criminalidade. Nesse sentido, as áreas periféricas são palcos de fortes conflitos entre os agentes territoriais, criando, assim, diversos poderes paralelos.

Esses agentes paralelos passam a impor seu poder através de instrumentos coercitivos e de natureza não oficial, o que de certa forma se aproxima das discussões de Raffestin (1993) sobre o Poder e os poderes.

Essa disputa pelo território acaba produzindo um espaço urbano fragmentado, articulado e desigual, conforme pensando por Corrêa (1995). Nessa perspectiva, a cidade também se fragmenta entre áreas violentas, não violentas e zonas vermelhas, etc. Com isso, passam a existir políticas que reforçam a diferença entre as áreas, entre aquelas em que as pessoas circulam livremente e as em que vive a parcela da sociedade que ameaça essa “liberdade”, “ocorrendo separação espacial das classes sociais dentro da cidade...” (SPOSITO, 2004; PEDRAZZINI, 2012).

Cria-se, então, a criminalização da pobreza, sustentado na ideia de que tais fenômenos são exclusivos às classes sociais de menor poder aquisitivo, como afirma Chagas (2014, p. 187):

Há vários equívocos quando o assunto é a violência, pois existe muito preconceito em relação a esse tema, como por exemplo, sua mensuração é realizada por indicadores que quase sempre são exclusivamente socioeconômicos tentando demonstrar que os crimes são inerentes às regiões mais pobres da cidade. A violência dissemina-se por todas as classes sociais. Ricos e pobres são “agraciados” com sua presença.

Contudo, os moradores de bairros em que se faz presente à insuficiência na infraestrutura e péssimos indicadores sociais, não são mais violentos do que os de outros bairros, apenas estão mais vulneráveis à violência gerada pela produção desigual do espaço. Com isso, “desenvolvem, ilegal ou violentamente, mecanismos de sobrevivência que favorecem sua imagem negativa” (PEDRAZZINI, 2012).

Nesse sentido, buscamos uma reflexão sobre o conceito de violência que seja mais amplo, que possa dar conta das formas mais sutis de violência, pois a maior parte das reflexões acerca deste conceito se restringe às formas mais evidentes, como as agressões físicas, negligenciando as mais sutis, que, por vezes, podem ser ainda mais graves.

Um exemplo da manifestação sutil da violência está na forma de agir do Estado, pois, quando os direitos a moradia, escola com qualidade, mobilidade, saneamento básico, etc, são negados, sofremos a violência pela privação. Desse modo, a escassa presença do Estado põe em risco a instalação e a manutenção de direitos Constitucionais e, assim, reduz a participação do poder estatal nas áreas periféricas e conseqüentemente permite o surgimento/fortalecimento de poderes paralelos. Nesse sentido, percebe-se que a violência pode se manifestar de diversas formas.

Nesse sentido, a relação entre a violência e o território não se restringe aos delitos do tipo (roubo, homicídios, furtos, etc.). Ela está diluída no dia a dia, passando despercebida, “a brutalidade é a violência dos fracos, é que a violência dos poderosos é calma, fria, segura de si mesma, suas técnicas de opressão são discretas, refinadas, e enfim, terrivelmente eficazes” (MORAIS, 1981, p. 3).

Tendo esclarecido o conceito de violência presente nesse trabalho, faz-se importante também elucidar o conceito de crime e criminalidade, bem como distingui-los. O primeiro varia com o lugar e com o tempo, assim, o que é legal em um país pode ser considerado ilegal em outro. No entanto, segundo Alvarenga (2004), a criminalidade pode ser entendida como um fenômeno que atinge/interfere no convívio social, “criminalidade pode ser entendida como um conjunto de crimes característicos de um determinado tempo e lugar, e de acordo com as peculiaridades existentes, sendo estas, fundamentais para identificarmos a forma como se apresenta a criminalidade na sociedade” (CHAGAS, 2014, p. 98).

Se tratando do objeto empírico desta pesquisa, a saber, os bairros da Batista Campos, Jurunas e Guamá, faz-se importante ressaltar que a criminalidade se apresenta de forma diferente nesses bairros. Primeiramente é importante ressaltar que os bairros do Jurunas e Guamá são bairros periféricos e apresentam precários indicadores socioeconômicos, predominantemente formados por população de baixa renda e incipientes equipamentos urbanos.

Por outro lado, o bairro da Batista Campos se destaca entre os bairros com o metro quadrado mais caro de Belém, despontando de uma alta valorização do solo urbano. Destacam-se a forma e o conteúdo desse bairro como elementos que reforçam essa valorização, os quais podem ser indicadores que apontam para uma maior presença do Estado, podendo ser identificado pela presença de equipamentos urbanos e infraestrutura.

Considerando um conjunto de elementos que indica a maior e menor presença do Estado nesses bairros, como destacado acima, formam-se neles condições diferentes para a criminalidade se territorializar. Deste modo, fala-se de condições peculiares quanto à

criminalidade em cada bairro. O bairro do Jurunas, por exemplo, apresenta uma peculiaridade, em que muitos crimes têm sido registrados em áreas próximas aos portos, acredita-se que as dinâmicas circunscritas aos portos, tais como: tráfico, bares, festas, prostituição, intenso consumo de álcool e drogas criam condições materiais para a reprodução da criminalidade.

As áreas próximas aos portos são marcadas diariamente por conflitos. A análise dos mapas (01, 02 e 03), demonstra que grande parte dos homicídios está concentrada nas proximidades desses portos, e em áreas de aglomerados subnormais, que segundo o IBGE (2010) são áreas que apresentam déficits estruturais, e/ou irregularidades em relação à posse do título da propriedade e/ou que apresentam carências de serviços públicos básicos.

No que concerne ao bairro do Guamá, percebe-se que a violência e o crime de alguma forma são mais influenciados por disputas de território e grande parte dos homicídios são praticados por grupos de extermínio (CHAGAS, 2014). Neste bairro é mais perceptível à presença de grupos ligados à criminalidade e a disputa pelo controle do território. Muitos homicídios que ocorrem nesse bairro são uma maneira de amedrontar grupos rivais e de dizer quem “manda” no território, essa é uma forma de poder não institucionalizada (RAFFESTIN, 1993).

No bairro do Guamá é possível perceber que os homicídios resultam de uma série de fatores, como o tráfico de drogas, por dívidas adquiridas com os traficantes, disputa de grupos pela comercialização da droga e comerciantes locais que pagam para matar os viciados que frequentemente assaltam seus estabelecimentos. Outros fatores são evidenciados por Chagas (2014, p. 15):

Uma segunda questão é que há indícios da existência de um grupo de extermínios no bairro do Guamá, no entanto, ainda não temos evidências totalmente claras para comprovar tal questão, nos últimos anos os homicídios praticados no bairro envolveram diretamente pessoas que tinham alguma relação com a criminalidade, tinham praticado crimes no bairro ou mesmo que tinham saído recentemente da prisão.

O Quadro 01 mostra os índices de homicídios nas duas AISP, verifica-se que nos bairros do Guamá e Jurunas os números são muito mais expressivos, evidenciando um forte contraste em relação ao bairro Batista Campos. Os bairros do Guamá e Jurunas estão localizados na periferia da Região Metropolitana e apresentam aglomerados subnormais, que são ocupações irregulares.

Quadro 01 – Número de Homicídios nas 4ª. e 5ª. AISP nos anos de 2013-15.

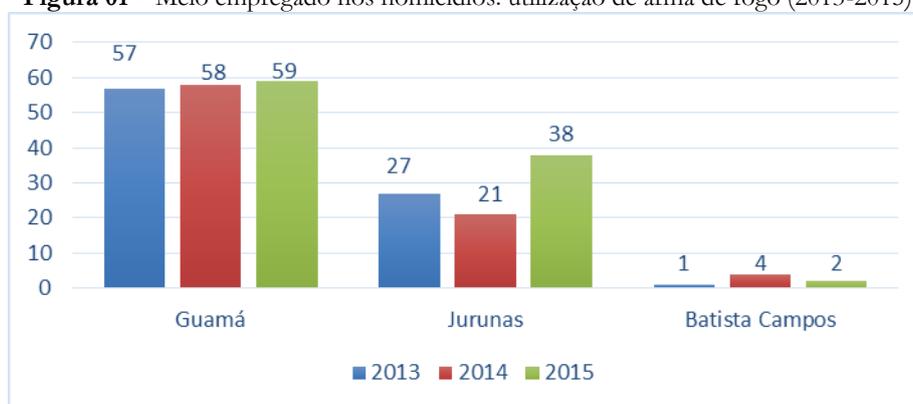
Bairro	Ano		
	2013	2014	2015
Guamá	57	62	59
Jurunas	35	34	39
Batista Campos	1	4	2

Fonte: SIAC/SEGUP, dados referentes aos anos de 2013 a 2015.

Org. CHAGAS, C. A. N.; VIEIRA, D. C. M.

Quanto aos números de homicídios, vê-se que enquanto no bairro Batista Campos ocorreram 7 homicídios no período de 2013-15, no Jurunas foram 108 homicídios e no bairro Guamá foram 178 homicídios para o mesmo período. O meio empregado foi predominantemente o uso de arma de fogo, conforme Figura 01.

Figura 01 – Meio empregado nos homicídios: utilização de arma de fogo (2013-2015)



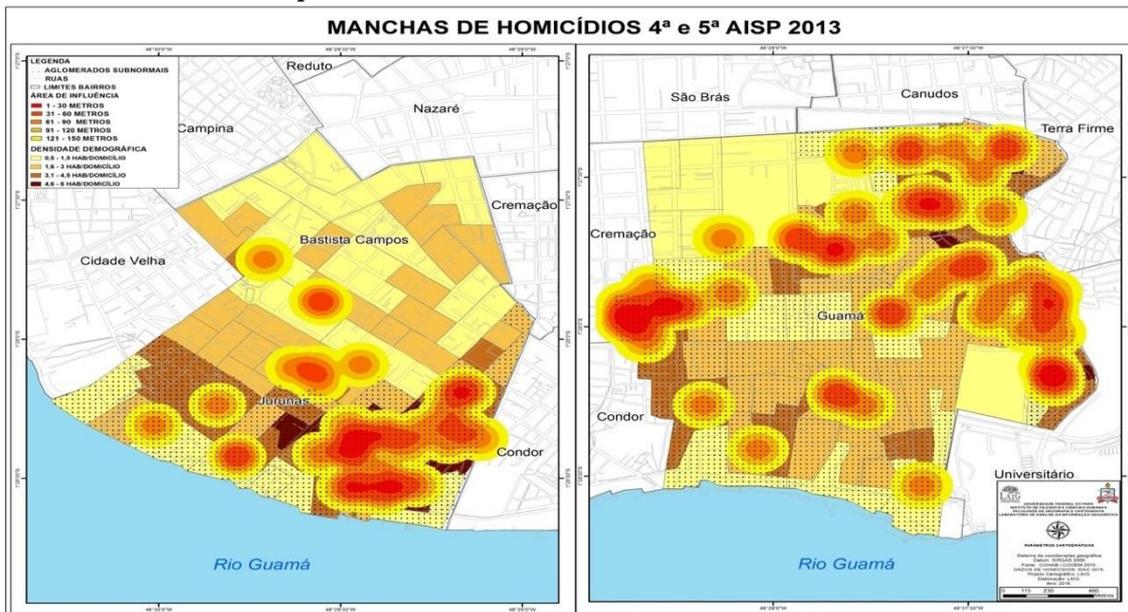
Fonte: Dados obtidos a partir das informações de Homicídios – SIAC (2013-2015).

Fazendo uma análise do crime de homicídio, a partir do Diagnóstico dos Homicídios no Brasil (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2015) nos bairros estudados, verifica-se que as seis causas principais dos homicídios apresentadas no diagnóstico estão presentes nos bairros da pesquisa, tais como: gangues e drogas, violência interpessoal, violência doméstica, conflitos entre sociedade civil e policiais, violência patrimonial e escassez de presença do Estado.

Com o objetivo de analisar o comportamento dos homicídios nos bairros pesquisados foram elaborados mapas com sobreposição das informações de homicídios, densidade populacional e aglomerados subnormais com base nos dados do Censo do IBGE (2010) e do SIAC. Foram utilizadas informações sobre densidade populacional e os aglomerados subnormais¹. A partir das informações do SIAC, usaram-se os dados de homicídio dos anos (2013 - 2015).

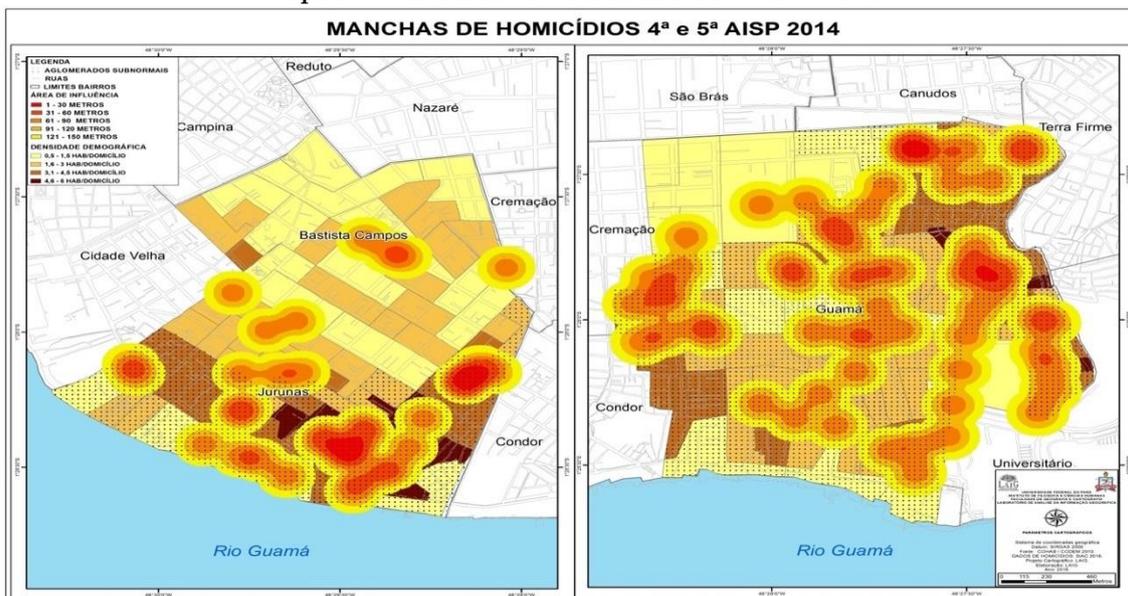
¹ São áreas que apresentam déficits estruturais e/ou irregularidades em relação à posse do título da propriedade e/ou que possuem carências de serviços públicos básicos (IBGE, 2010).

Mapa 01 – Manchas de Homicídios da 4ª e 5ª. AISP – 2013



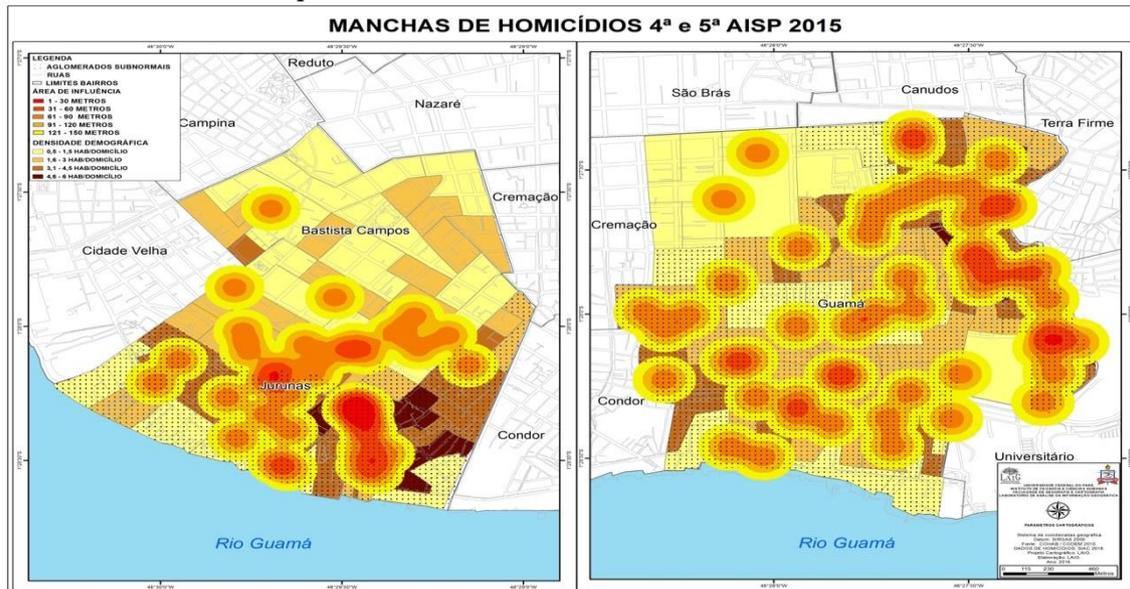
Fonte: GAPTA, 2014 (Dados obtidos a partir das informações de Homicídios fornecidos pelo SIAC).

Mapa 02 – Mancha de Homicídios da 4ª e 5ª. AISP – 2014



Fonte: GAPTA, 2014 (Dados obtidos a partir das informações de Homicídios fornecidos pelo SIAC).

Mapa 03 – Mancha de Homicídios da 4ª. e 5ª. AISP – 2014.



Fonte: GAPTA, 2014 (Dados obtidos a partir das informações de Homicídios fornecidos pelo SIAC).

Ao analisarmos os mapas, levantamos uma primeira questão, as áreas de aglomerados subnormais são onde estão concentrados predominantemente os homicídios, tanto na 4ª. quanto na 5ª. AISP. Enquanto no bairro da Batista Campos os homicídios foram bastante reduzidos. Mas uma coisa nos chama atenção: esses homicídios na Batista Campos foram predominantemente nas áreas de fronteira com os bairros mais periféricos, a exemplo da Campina, Jurunas e Cremação. O que demonstra que a área mais valorizada do bairro (área central), conforme demonstrada nos mapas, ficou “protegida” desse crime.

Percebe-se que as manchas de homicídios se espalham nos bairros do Jurunas e Guamá, porém, mostrando-se mais presentes nas áreas de aglomerados subnormais e nas áreas de maior densidade populacional, mostrando que há relação entre as formas de ocupação com a criminalidade, pois, conforme já mencionamos, a violência por causa da privação potencializa outras formas de violência que podem resultar em homicídios (ODÁLIA, 1983).

Uma segunda questão está associada a uma das macrocausas (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2015), que é a incipiente presença do Estado nas áreas de maior vulnerabilidade social. Onde o Estado pouco se faz presente passa a existir uma possibilidade do aumento da violência e da criminalidade, pois os diversos agentes territoriais passam a disputar o controle do território, e nessa perspectiva é possível o surgimento de uma zona de tensão (CHAGAS, 2014).

A partir dessa análise, é possível verificar a relação com os conceitos acionados, pois esse comportamento homogêneo das manchas de homicídio remete a uma terceira reflexão, que é a importância da categoria território e dos agentes territoriais, em que se

pode verificar esses agentes por meio das territorialidades estabelecidas nos âmbitos dos bairros pesquisados, excetuando o bairro Batista Campos. Esse tipo de crime é uma maneira de impor poder por meio da violência, pois ainda que esse tipo de crime tenha motivações diferentes, eles apresentam uma natureza em comum, a manutenção do poder.

Uma quarta questão diz respeito à disputa pelo controle do território nos bairros do Jurunas e Guamá, onde o homicídio é uma forma de materializar a disputa entre diversos agentes territoriais, principalmente envolvendo os grupos associados ao tráfico de drogas e milícia/justiceiros. A ação dos grupos associados ao tráfico de drogas passa a estabelecer o poder por meio das ações coercitivas, pois existe uma disputa entre os grupos que atuam na área pelo controle dos pontos de venda de drogas, mas também são presentes os homicídios ligados ao endividamento dos usuários. Um segundo agente territorial bastante presente no Guamá e Jurunas é a atuação de milícias e/ou justiceiros, grupos que passam a atuar no “combate” aos pequenos delitos nos bairros, como: assaltos, roubos e arrombamento, entre outros, funcionam como “segurança privada” e passam a agir com os seus próprios códigos e leis, onde a execução sumária é uma das maneiras de impor o controle do território.

Contudo, como já referido, onde a violência surge, o poder se ausenta. Nesse sentido, a violência é a primeira evidência da perda de poder, isto explica em grande medida os altos índices dos crimes de homicídios nesses bairros, evidenciando a fragilidade do poder e a constante disputa pelo controle do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A geografia tem realizado esforços buscando uma resposta do ponto de vista científico de como entender a relação entre violência, crime com as diversas transformações que vem ocorrendo nas cidades, em que a criminalidade pode ser destacada como parte dessas transformações, como é o caso dos homicídios.

Assim, acionamos conceitos e instrumentos geográficos com o intuito de compreender como se relaciona a violência e o crime com a produção do espaço urbano, destacando o território como uma categoria importante para analisar como se manifesta a criminalidade. Assim, destacamos as relações de poder no âmbito dos bairros trabalhados e a atuação do Estado como elementos importantes a se considerar nas dinâmicas sociais e territoriais.

Neste cenário, percebe-se a formação de estruturas desiguais, onde emergem espaços dotados de menor presença do Estado, ou seja, áreas que apresentam insuficiência

nos bens necessários à vida, como a saúde, educação, segurança e lazer, passam a materializar com maior intensidade os homicídios.

Tais desigualdades se expressam ao compararmos os bairros do Jurunas e Guamá, que são bairros que apresentam formas e conteúdos eminentemente diferentes do bairro da Batista Campos, na verdade, tais diferenças exprimem formas e conteúdos da apropriação e da propriedade, de mercadorização da terra e das edificações, da espoliação da força de trabalho, da acumulação desigual no espaço (RODRIGUES, 2007).

Tal acumulação desigual do espaço permite-nos pensar as relações espaço-classe, em que espaço e sociedade são entendidos por uma relação dialética, assim, a produção dos centros dominantes e das periferias são, na realidade, produtos das relações de produção e das relações de classe (SOJA, 1993). Nesse sentido, as condições para a reprodução refletem essa dimensão socioespacial, isto nos leva a uma reflexão sobre as condições de reprodução da criminalidade, a saber, considerando a análise do nosso objeto empírico, percebe-se nos bairros Jurunas e Guamá que a criminalidade passa a compor o conteúdo desses bairros.

Assim, no contexto de uma totalidade, o que explica a reprodução de espaços “diferentes” são os processos de produção de desigualdade, que se verifica pelas contradições, assim encontram-se espaços onde a criminalidade consegue se apropriar com maior facilidade e espaços onde a criminalidade aparece eventualmente. Pode-se apontar o Estado como principal agente responsável pela garantia da reprodução de diferenças, pois este atua como agente modelador do espaço, e historicamente garante o interesse da classe dominante, isto explica as peculiaridades presentes nos fragmentos da cidade.

A cartografia tem uma dimensão fundamental nessa pesquisa, pois nos permite perceber, de forma muito clara, que a espacialização dos homicídios ocorre de maneira extremamente diferente, basta lembrar que enquanto no bairro da Batista Campos no período estudado ocorreram 7 homicídios, enquanto no Guamá e Jurunas ocorreram 178 e 108, respectivamente. A análise das manchas mostra que os homicídios estão concentrados nos aglomerados subnormais, que segundo o Ministério da Justiça (2015) é um dos fatores transversais, que potencializam o risco dos homicídios.

Isso demonstra claramente que esse tipo de crime está diretamente associado à forma de produção do espaço e dinâmica do território. É visível que a elevada taxa de homicídio dos bairros do Jurunas e Guamá é referente também a uma disputa pelo poder entre diversos agentes territoriais, conforme ressalta Chagas (2014), que demonstra que nas áreas onde o Estado se faz pouco presente é mais intensa a ação de poderes paralelos, possibilitando, assim, a existência de uma intensificação de uso e controle do território.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- ALVARENGA, D. P. D. **Crime e Criminalidade**: distinção. 2004. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/1954>>. Acesso em: 25 nov. 2012.
- BEATO Filho, Claudio Chaves. **Crimes e Cidades**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A produção do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **A crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 25-35.
- CHAGAS, Clay Anderson Nunes. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na Região Metropolitana de Belém. **Boletim Amazônico de Geografia**, v. 1, n. 1, p. 186-203, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17552/2358-7040/bag.n1v1p186-203>>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- CHAGAS, Clay Anderson Nunes; SILVIA, Marcelle Peres da; VIEIRA, Denise Carla de Melo. **Geografia da Violência**: produção do espaço, território e segurança pública. Belém: EDUEPA; GAPTA/UFPA, 2018.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- IBGE. **Aglomerados subnormais**: informações territoriais. Belém/PA: IBGE, 2010.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Belém/PA: IBGE, 2010 e 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censos demográficos 1950, 1980, 1991, 2000 e 2010**. Disponíveis em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Diagnóstico dos Homicídios no Brasil**: subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. Brasília: Ministério da Justiça, 2015.
- MARX, Karl. **Grundrisses**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.
- NEOCLEOUS, Mark. Off the Map: on Violence and Cartography. **European Journal of Social Theory**, v. 6, n. 4, p. 409-425, nov. 2003. Available in: <<https://doi.org/10.1177/13684310030064003>>. Access in: 20 ago. 2019.
- ODÁLIA, N. **O que é violência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- PEDRAZZINI, Y. **A violência das Cidades**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 2000.

SANTOS, Milton. **Natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1996.

RODRIGUES, A. M. Desigualdades socioespaciais - a luta pelo direito à cidade. **Cidades**, v. 4, n. 6, p. 73-88, 2007. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/571/602>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

RODRIGUES, Eduardo de Oliveira. **Um “campo de pacificação”?** Algumas considerações sobre o programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. 2013. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SAMPAIO, Renata Alves. **Da noção de violência urbana à compreensão da violência do processo de urbanização**: apontamentos para uma inversão analítica a partir da geografia urbana. 2011. 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GOÉS, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades**: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de, SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 123-145.

ZANOTELLI, Cláudio [et al.]. **Atlas da criminalidade no Espírito Santo**. São Paulo: Annablume, 2011.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapas da violência 2010**: anatomia dos homicídios no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2010.